



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações Patriarcais de classe, gênero e raça

Neofascismo e violência hetero-patriarcal, racista e capitalista no Brasil

MAVI PACHECO RODRIGUES ¹
MARIA ELAENE RODRIGUES ALVES ²

Resumo:

O presente artigo objetiva analisar elementos da variante reacionária mais exacerbada do neoconservadorismo na sociedade brasileira, cujo conteúdo definimos como neofascista e cuja expressão particular no Brasil se dá por meio do bolsonarismo. Trata-se de uma ideologia da extrema direita que desde a crise do *subprime* tem se fortalecido em várias regiões do mundo defendendo abertamente ideias homofóbicas, racistas, xenófobas, machistas e misóginos e que no Brasil tem reforçado valores conservadores difusos, violentos há muito existentes em nossa formação social e com grande potencial de capilaridade nas camadas populares.

Palavras chaves:

neoconservadorismo, neofascismo, violência, relações hetero-patriarcais de gênero, raça-etnia

Abstract:

This article aims to analyze elements of the most exacerbated reactionary variant of

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Brasilia

neoconservatism in Brazilian society, whose content we define as neofascist and whose particular expression in Brazil occurs through Bolsonarism. It is an ideology of the extreme right that since the subprime crisis has been strengthened in several regions of the world, openly defending homophobic, racist, xenophobic, sexist and misogynist ideas and that in Brazil has reinforced diffuse, violent conservative values that have long existed in our social formation and with great capillarity potential in the lower classes.

Keywords:

neoconservatism, neofascism, violence, hetero-patriarchal gender relations, race-ethnicity

Introdução

Na primeira parte do artigo busca-se compreender a ideologia da extrema direita que no Brasil ganha força com a eleição de Bolsonaro como uma variante mais reacionária, neofascista, de um novo conservadorismo constituído por correntes teórica muito distintas entre si (até mesmo com horizonte ideopolíticos colidentes) e cujas raízes remontam ao último quartel do século XX.

O horizonte de análise que aqui se persegue é o mesmo da massa crítica que o Serviço Social brasileiro desenvolveu no âmbito da *Intenção de Ruptura* (NETTO, 1990) no enfrentamento crítico-histórico dos fundamentos teórico-metodológicos do pensamento conservador, mais especificamente, aquelas elaborações que, inspiradas na obra madura de G. Lukács (ESCORSIM NETO, 2011 e SOUZA, 2020), analisam a cultura em consonância com o postulado materialista histórico de que “não é a consciência que determina a vida”. Tal postulado exige do pesquisador/pesquisadora a análise das condições sócio-históricas que tornam possível a emersão de determinada perspectiva ideoteórica, bem como do papel que a mesma exerce no quadro das lutas de classes. Ora, o que o (a) leitor(a) encontrará aqui é o esforço em buscar as origens deste neoconservadorismo de feição neofascista que apregoa sem pudor o ódio contra mulheres, população negra, indígenas e LGBTQIA+ nas suas conexões com a crise estrutural do capital que a partir de 2008 conhece um novo capítulo.

Todavia, a crescente banalização da vida destes segmentos no Brasil contemporâneo não pode ser debitada exclusivamente ao crescimento deste neoconservadorismo neofascista; ela também está relacionada à forma como o capitalismo aqui se constituiu e se constitui. Uma das hipóteses da análise contida na segunda parte deste artigo é que as relações hetero-patriarcais de gênero, raça-etnia devem ser associadas à explicação da produção e reprodução das relações sociais capitalistas no Brasil, onde a violência formou-se como um dos elementos estruturais e estruturantes do capitalismo. Nesta direção buscamos afirmar o capitalismo, patriarcado e racismo como relações imbricadas, consubstanciais formadoras de um nó não desatável no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica.

Assim sendo, se aposta em tratar a violência estrutural e permanente da nossa formação social como uma categoria (objetiva e teórica) privilegiada para alcançarmos as mediações por meio das quais capitalismo, patriarcado e racismo se entrelaçam formando

uma unidade (única mas diversa) de dominação política e cultural e de exploração econômica³. Não à toa a categoria privilegiada em nossa perspectiva de análise para abordar a violência contra mulheres, negras (os) e LGBTQIA + no Brasil é aquela.

1. Crise do capital e neoconservadorismo neofascista: breve análise sobre a sua origem

No Brasil o conservadorismo que destila sem constrangimentos o ódio contra mulheres, população negra, indígena e LGBTQIA+ está inegavelmente associado ao fortalecimento de forças de extrema direita desde o golpe contra Dilma Roussef em 2016 e a vitória eleitoral do seu candidato, Jair Messias Bolsonaro, para a presidência da República em 2018.

Esta versão do pensamento conservador ganhou popularidade em todo o território nacional graças a disseminação de um antipetismo e do desprestígio da esquerda em geral promovidos pelas operações da *Lava Jato* e amplificados intencionalmente pela mídia. Todavia, entender a força deste pensamento hoje no país requer ir além destes determinantes internos; exige considerá-la como parte de um fenômeno político de caráter internacional que tem atraído a atenção de muitos pesquisadores: a ascensão de uma (nova) direita extremista que, logo após a crise do *subprime* em 2008, tem saído vitoriosa nas disputas eleitorais em várias regiões do mundo – chegando a conquistar o comando central de algumas nações (como, por exemplo, na Hungria, com Viktor Órban, nos EUA, com Donald Trump), a ocupar o parlamento ou a ampliar o número de seus eleitores em países com uma história fortemente marcada por lutas revolucionárias e a atuação de partidos de esquerda de massa (como na Itália, França e Portugal).

Em grande medida o significado deste fenômeno bem como os seus principais determinantes sócio-históricos podem ser encontrados na leitura empreendida por Agustín Cueva em “*Tempos Conservadores*” (São Paulo, Hucitec, 1989) sobre o giro à direita que a política e a cultura do Ocidente experimentaram no último quartel do século XX.

³Eis a ideia de Safiotti que permitiu elaborar a segunda parte deste texto: “na realidade concreta, essas variáveis são inseparáveis, pois se transformaram, através desse processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado: patriarcado-racismo-capitalismo”. (SAFIOTTI, 1987, p. 60).

Em linhas gerais seriam três as causas principais deste processo de “direitização” do capitalismo apontadas pelo marxista equatoriano. A primeira delas diz respeito às políticas de reestruturação produtiva que, desde a crise capitalista deflagrada nos anos 1970, veem fortalecendo o poder de exploração do capital e precarizando as relações de trabalho. Em estreita conexão com estas mudanças está a segunda causa da direitização das sociedades burguesas: os efeitos políticos regressivos sobre as lutas de classes que a reestruturação produtiva, combinada com o neoliberalismo e a financeirização, produziu. Trata-se aqui de considerar a guinada do mundo ocidental para a direita como a consequência política de uma reviravolta na luta de classes: quando o grande capital operando respostas para sua crise passa da defensiva para ofensiva (NETTO; BRAZ, 2010: 214 a 221), ou seja, é quando temos uma resultante profundamente regressiva de uma derrota internacional do projeto revolucionário quando, na virada do século XX para o XXI, as lutas vividas *nos longos anos 1960*⁴ arrefecem e, na sequência, o “socialismo real” chega ao seu fim (RODRIGUES, 2016). Por fim, o terceiro elemento promotor da direitização do capitalismo em fins dos anos 1970 e início de 1980 foi a adoção de uma política externa belicista e revanchista pelos EUA quando sua hegemonia se vê colocada em questão frente ao boicote que a OPEP impôs aos países consumidores de petróleo e ao avanço de movimentos de libertação nacional que culminaram numa posição revolucionária, como no Vietnã, Camboja, Laos, Angola, Moçambique, Nicarágua, Granada.

Inspiradas na problematização de Cueva, condensada nos três elementos anteditos, especulamos se a crise desencadeada em 2008 e suas repercussões (na economia, na política e na cultura) não seriam o agente catalisador da fase atual da direitização do capitalismo, tal qual a crise deflagrada na segunda metade dos anos 1970 foi para sua gênese. Em busca de respostas encontramos a interessante tese de Tonelo (2021) para quem o *crash* de 2008 abriu uma nova fase na dinâmica do capitalismo, com impactos no mundo do trabalho, nas lutas de classes e nas

⁴Conforme sugere Rodrigues (2016), para além de um operariado radicalizado, tais lutas envolveram a participação de múltiplos sujeitos políticos – mulheres, negros e negras, homossexuais e povos da periferia – cujas reivindicações, extrapolando pautas meramente econômicas, acabaram por colocar em xeque (nem sempre de forma consciente) a ordem burguesa e sua forma de dominação manipulatória (LUKÁCS, 2013: 748 a 831).

disputas ideológicas. O balanço que fazemos por ora é que longe de ter conduzido a morte do neoliberalismo - como parece sugerir Tonelo – a nova dinâmica capitalista pós-2008 tem levado ao aprofundamento da ofensiva do capital por meio da adoção de novas medidas que dão continuidade e até mesmo acentuam aquelas estratégias usadas desde a segunda metade dos anos 1970 para deter ou reverter a queda da taxa de lucro (neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização).

Para avaliar a correção da indagação sobre as conexões entre a crise do *subprime* e o aprofundamento do processo de direitização do capitalismo três elementos devem ser investigados mais a fundo: a) as transformações recentes no circuito da produção promovidas pela inserção das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na esfera da produção e nas relações de trabalho – por meio da expansão do trabalho digital, *on line*, e de seus algoritmos, e o fenômeno denominado de *uberização do trabalho* (ANTUNES, 2020) – e as mutações ideológicas sobre os trabalhadores daí decorrentes; b) o impacto das múltiplas iniciativas contrarreformistas do grande capital para responder sua crise, adotadas desde 2008 – planos de austeridade, ajustes fiscais, medidas de avanço das contrarreformas do trabalho, da previdência, etc. –, nas disputas entre as forças/partidos e movimentos de direita (especialmente o fortalecimento da extrema direita) e de esquerda (cujos dilemas se acentuam com a conversão dos social-democratas ao neoliberalismo)⁵ e c) a concorrência geopolítica entre os EUA e a China – que especialmente entre 2012 e 2013 emergiu como uma potência no cenário mundial (PENIDO; STÉDILE, 2021 e TONELO, 2021) e se tornou principal adversário norte-americano no tabuleiro internacional – com seus desdobramentos para a América Latina.

Mas há ainda um último elemento a ser considerado que diz respeito a conexão entre o segundo momento da direitização do mundo e a propagação em vários âmbitos da vida social de um conservadorismo afinado com o ideário de uma extrema direita: o aprofundamento da mercantilização da vida social em geral e, em especial, da instrumentalização mercantil da política até a sua conversão numa antipolítica ou numa política-anticivilizatória (RODRIGUES; MOTA, 2021). Estes dois

5 É este o solo que parece nutrir o crescimento dos movimentos e partidos e ascensão de candidatos da extrema direita.

processos de mercantilização – da vida social e da política – remetem a um fenômeno que não é novo: a criação, a partir da Segunda Guerra Mundial, de um vasto e diversificado sistema de manipulação de informações com o propósito de influir nos modos de viver e pensar cotidianos de homens e mulheres para se evitar as crises e assegurar a venda de mercadorias e os lucros dos monopólios (LUKÁCS, 2013). Todavia a interferência na reprodução diária da vida dos indivíduos sociais dos grandes oligopólios na *web - Big Data ou Big Tech*⁶, por meio do uso cada vez mais intenso de mercadorias de inteligência artificial - objetos com sensores e conectados em rede capazes de controlar e de converter todos os aspectos da cotidianidade em apelos publicitários -, acentuaram exponencialmente este poder manipulatório do capitalismo tardio (RODRIGUES; MOTA, 2021)⁷.

Ao sinalizar que o giro do capitalismo para a direita fez emergir um novo conservadorismo, Cueva (1989) também nos ajuda a elucidar as raízes teóricas do pensamento que se fortalece com a crise de 2008. O neoconservadorismo a que ele se refere é aquele forjado pela geração de Daniel Bell e Irving Kristol, chamados *neocons* (NETO,2020), pensadores norte-americanos que, entre os anos 1960 e 1970, ajudaram a dar uma unidade ideológica nos EUA para uma direita antiliberal⁸ (SOUZA, 2021) e que nos anos 1980, no decurso do governo neoliberal de Ronald Reagan, forneceram os subsídios teóricos para uma crítica conservadora do *Welfare*

6 Atualmente os cinco maiores oligopólios que vivem da extração e comercialização de dados que circulam na rede de computadores são norte-americanos: *Amazon, Google, Facebook, Apple e Microsoft*.

7 Provavelmente a ilustração mais significativa desta exponenciação diz respeito a atuação mercantil do *Big Data* na esfera da política (EMPOLI, 2019). Um dado que em si nada tem de acidental pois os oligopólios de extração de dados digitais são a base da promoção de um exacerbado relativismo cultural cujo poder de dissolver a noção de verdade objetiva tem levado a especulação acerca da constituição de uma era da pós-verdade (D'ANCONA, 2018; KAKUTANI,2018); marcada pela ascensão da nova direita e pela disseminação da desinformação (*fake news*), de ideias de negacionismo científico, discriminatórias, racistas, machistas e profascistas - expressões de uma política anticivilizatória que tem o ódio e o reacionarismo como combustíveis (RODRIGUES; MOTA, 2021).

8Vale ressaltar que, sem deixar de ser um dos principais elementos de distinção com a velha direita norte-americana, a posição política antiliberal não desaguou em uma rejeição completa do pensamento liberal. Mesmo afirmando-se antiliberal a nova direita assimilou algumas ideias liberais e rechaçou outras: incorporou a defesa da liberdade do mercado e do individualismo, mas condenou o conteúdo racional e a secularização do pensamento liberal. Para este conservadorismo que valoriza a tradição e a religiosidade o liberalismo lhe parece responsável por produzir um certo niilismo moral. Tanto é assim que Irving Kristol, em sua autobiografia, mostra que as pautas em prol da libertação sexual e da mulher - que foram fortes na agenda política de organizações e agremiações políticas identificadas com o liberalismo nos EUA dos anos 1960 a 1980 - receberam duras críticas dos neoconservadores que as acusaram de impedir que a mulher exercesse seu papel de mãe e esposa, ocasionando, assim o enfraquecimento da família (KRISTOL, 2003:152).

State (NETO,2020).

Não à toa os traços do pensamento fortalecido mundialmente desde a crise das hipotecas americanas são muito semelhantes aos que peculiarizam o novo conservadorismo de Kristol e Bell. Tal como aqueles o conservadorismo atual é marcado por: um antimodernismo e irracionalismo (derivados do tributo que se pretende fazer às ideias de Edmund Burke, pai do conservadorismo moderno); um hibridismo ideológico, síntese de distintas ideologias conservadoras - monetarismo de Hayek, anticomunismo e fundamentalismo religioso ou neotradicionalismo (SANTOS,2021) - e o ataque as pautas e bandeiras de lutas que, erigidas entre 1957 a 1975, confrontam o horizonte cultural e os valores da sociedade burguesa ocidental alicerçados no trabalho, na família tradicional burguesa patriarcal heteronormativa e branca⁹.

Todavia vale destacar que estamos diante de uma versão mais exacerbada do pensamento neoconservador que lhe serviu de matriz teórica, pois quando comparamos o pensamento dos *neocons* com divulgadores da ideologia da extrema direita das duas primeiras décadas dos anos 2000 não encontramos nos primeiros um conteúdo neofascista que é límpido no pensamento dos que são representativos do neoconservadorismo contemporâneo: Olavo de Carvalho ou Walter Block, membro sênior do Instituto Von Mises.

Estamos indubitavelmente frente uma variante nova do neoconservadorismo: variante neofascista¹⁰ que tem buscado de forma consciente e clara se colocar como porta voz dos descontentamentos populares (dos trabalhadores) contra o *status quo*.

2. Violência hetero-patriarcal, racista e capitalista e as feições neofascistas no Governo Bolsonaro

Pretende-se dialogar nessa parte do artigo acerca da indissociabilidade entre o patriarcado-racismo-capitalismo na constituição da sociedade brasileira e ao mesmo tempo apontar a violência como um elemento persistente em nossa

9 Estas lutas que são próprias dos *longos anos 1960* (Cf nota de rodapé nº2), ao indicarem a urgência de alterar as relações sociais de gênero, de gerações, de raças e de povos/nações, exigiram que o projeto socialista revolucionário incorporasse novas demandas democráticas (o que Lukács denominou de uma nova democracia) irrealizáveis dentro dos limites da democracia em sua forma burguesa e também da democratização experimentada, até então, nos países de socialismo real (RODRIGUES, 2016).

10 Utilizamos aqui o termo neofascismo no mesmo sentido dado por Mattos (2020).

formação sócio-histórica , tanto no passado quanto no presente. Está violência estrutural - tão expressiva contra mulheres, populações negras e LGBTQIA+ - no Brasil contemporâneo vem sendo fortalecida em tempos de crise do capital através da ideologia neoconservadora da extrema direita no governo Bolsonaro. Em outros termos a atualidade da ofensiva do capital após 2008 reforça a violência estrutural da nossa história, escancarando a face autocrata, heteropatriarcal e racista do país . Ressalta-se o conteúdo das declarações de Bolsonaro – nos últimos trinta anos , na campanha eleitoral e agora na Presidência-envolve todo tipo de violência, especialmente contra os chamados “bandidos” e “ vagabundos”, mas também contra tudo que se identifique de “esquerda” (...) . Mas esquerda , na fala de Bolsonaro, inclui também todo tipo de movimento em defesa dos direitos humanos, contra as opressões de gênero e a, ecológico, e de defesa indígena, além de organizações de professores, cientistas, artistas e produtores culturais em sentido amplo. A apologia à tortura e às ditaduras militares-latino- americanas se combina , em suas falas, assim como de seus filhos e apoiadores mais próximos, com um discurso de ódio, misógeno, racista, LGBTfóbico e xenófobo , difundido abundantemente através das redes sociais (MATTOS,2020).

Ao ressaltar o caráter autocrático do Estado brasileiro como fenômeno político permanente Florestan Fernandes (2006) nos alerta sobre a centralidade do autoritarismo na formação da sociedade brasileira. Fundado na relação de exploração, opressão e violência, onde o capitalismo está imbricado com o racismo e com as relações hetero-patriarcais. Nessa ótica de análise a violência como marca permanente da nossa formação social faz parte da velha política, da dominação de classes, da força e do monopólio estatal da violência e da exploração dos meios de produção e das relações sociais. Isto porque a violência tal qual demonstra Engels (2016) no livro “O papel da violência na história” não é produto de um ato político que engendrou. Ao contrário ela é o resultado, consequência das relações de produção ou da economia, entendida nos termos que Marx buscou apontar em sua crítica da economia política: produção da vida material, base da organização da sociedade, da vida social como um todo. Na maioria das vezes a violência é instrumentalizada por determinada elite a seu favor. Se a produção da vida material

é a base da violência, devemos considerar que com seu desenvolvimento ela vai se estruturando como elemento mais definidamente relacionado à desigualdade, às classes sociais e relações hetero-patriarcais de gênero e raça-etnia. Clóvis Moura, nos ajuda a compreender que a sociedade brasileira se formou através de uma contradição fundamental, senhores versus escravos, onde as relações de produção têm como base o racismo “como um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político” (MOURA, 1994, p. 28)

Desde a sua constituição no final do século XIX, o Estado em sua forma burguesa assumiu no Brasil um caráter autocrático, quer dizer, a prevalência de soluções autoritárias por parte da burguesia brasileira em seu movimento de respostas às crises econômicas, sociais e políticas. Portanto, vários são os momentos da história brasileira marcados pelo autoritarismo¹¹, violência e preconceito, mas também o são pelas lutas de resistência à opressão e a concentração de poder, na busca por democracia, resultantes da operação das lutas de classes em dadas condições sociais e políticas.

Tomando por base dados de órgãos oficiais do Estado brasileiro e de entidades da sociedade civil dos anos de 2019 e 2020, o relatório da *Rede de Coalizão Solidária*, publicado em janeiro de 2021, concluiu que nos dois primeiros anos do mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro a desigualdade, a violência e as violações aumentaram atingindo segmentos historicamente excluídos como as mulheres, populações negras, LGBTQIA+, indígenas, camponeses e habitantes das periferias¹².

Impossível negar a conexão entre a deterioração dos Direitos Humanos e da

11 Florestan afirma que tal conceito é um tanto “ambíguo” e “plurívoco” e que pode haver um certo uso abusivo do conceito de autoritário e autoritarismo, pois ocorre uma tendência de confusão sistemática que classificam “regime autoritário” como sendo uma “democracia forte”, o “regime soviético” sendo posto no “mesmo saco” do totalitarismo e que o conceito não é fundamentado nas relações de poder como deveria ser (Fernandes,1979).

12Cf. matéria de Pedro Rafael Vilela publicada no Brasil de Fato com o título “Violência, violações e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional: Relatório de 18 entidades estrangeiras aponta crise das políticas sociais e ambientais e ameaças à democracia do país”, em 19/01/2021. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>. Acessado em 11/02/22.

justiça social que o referido Relatório denuncia e a ascensão da extrema direita e da sua ideologia conservadora após as eleições presidenciais de 2018, pois ela é comprovada numericamente. Através do citado Relatório podemos constatar que a violência de gênero em 2019 aumentou 7,1% em comparação com 2018), além da ocorrência de um estupro a cada oito minutos. Sendo a questão racial elemento marcante nos casos de feminicídio, pois em 2019, 66,6% das vítimas deste tipo de crime eram mulheres negras.

Este mesmo Relatório aponta que 329 pessoas LGBTQIA + foram vítimas de morte violenta no Brasil em 2019 (assassinatos ou suicídios), significando uma morte violenta a cada 26 horas. Um percentual significativo de vítimas LGBTQIA+ mortas neste ano eram mestiços e negros: 38%; enquanto 36% se definiam como brancos. Dado que é apresentado no Relatório como expressão maior do racismo estrutural ¹³contra populações negras e periféricas é o perfil das vítimas da violência policial. Ao indicar que houve aumento de 6% no número de pessoas mortas pela polícia no primeiro semestre de 2020 no Brasil, em comparação com o primeiro semestre de 2019, o documento em tela aponta que em média, 79,1% dos mortos em 2019 durante as intervenções policiais eram pretos. O racismo também esteve presente na morte de policiais, pois 65% dos agentes de segurança mortos eram negros, mesmo que mais da metade, cerca de 55% da força policial no Brasil ser majoritariamente formada por pessoas brancas.

A comparação com indicadores sociais de outros países permite sustentar que a violência contra mulheres, indígenas, negros e negras e população LGBTQIA+ em nosso país não é pequena e, portanto, não pode ser lateralizada e nem banalizada. Vejamos brevemente alguns deles. O Brasil é o país que mais mata a população de travestis e transexuais¹⁴; somos, infelizmente, o campeão no *ranking*

13 Silvio de Almeida (2018) em seu livro *Racismo Estrutural* (2018) afirma que o racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade mostram de forma clara, as classes subalternas sendo uma parte da sociedade que é submetida às margens pela classe dominante/hegemônica, encontrando-se nas mãos da exploração e opressão constantes.

14 ANDRADE, D. Dandara foi espancada até a morte em plena luz do dia e seus assassinos riam. Depois de levar pontapés na cabeça e ser espancada por um enorme pedaço de madeira, ela foi levada em um carrinho de mão para sua morte. Um país que bate recordes de assassinato de travestis e transexuais. E nada é feito para se mudar isso. Brasil de Fato, São Paulo, 10 mar. 2017. Disponível em: Acesso em: 10 fev. 2022.

mundial na ocorrência deste crime. Quanto ao feminicídio ocupamos a 5ª posição mundial e quando comparamos a incidência deste crime com outras nações descobrimos o quão é aterradora a violência que se comete no país contra as mulheres: no Brasil o crime de ódio contra mulheres é 48 vezes maior do que o Reino Unido, 24 vezes mais que a Dinamarca e 16 vezes mais que o Japão ou Escócia¹⁵. Seria equivocados dizer que o Brasil é mais racista que os EUA, mas quando comparamos o número de negros mortos por agentes policiais nestes dois países notamos que embora a população afro-americana nos Estados Unidos da América seja maior, [as polícias estadunidenses mataram 1.099 pessoas](#) em 2019, enquanto que as polícias brasileiras [acabaram com a vida de 5.804 pessoas](#), quase seis vezes mais.

A violência, marca permanente da nossa formação social, é componente estrutural da dominação de classes, do seu caráter autocrático, do recurso permanente das classes dominantes a força e do uso, por meio destas mesmas classes, do monopólio estatal da violência. Para Chauí (2001) toda violência age contra a liberdade, contra a vontade e contra a espontaneidade do ser violentado, uma vez que brutaliza, coage, constrange e viola sua natureza, tratando seres racionais e sensíveis como objetos a serem manipulados pela intimidação, pelo medo e pelo terror. A referida autora nos ajuda a compreender o fenômeno da violência no Brasil por meio da categoria autoritarismo, configurada como concentração de poder pelo Estado e de uso corrente na ciência política, apresenta-se em contraposição à democracia (CHAUÍ, 2021). Nessa perspectiva, a ideia de autoritarismo é remetida à relação estabelecida entre Estado e sociedade, sendo materializada por dada forma de governo que é adotada em determinado contexto e em contraposição à democracia. Mas o autoritarismo é mais do que isto porque, de acordo com Chauí (2001), ele tem como substrato as desigualdades sociais que se apresentam de forma hierarquizada, acentuadas pelo capitalismo selvagem, tendo como base a matriz senhorial e escravista da nossa formação social. Ademais, para

¹⁵Cf . matéria de Carolina Cunha para UOL Educação intitulada Feminicídio - Brasil é o 5º país em morte violentas de mulheres no mundo... – Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/feminicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm>. Acessado em 11/02/2022.

além do autoritarismo como fenômeno político estatal – já que é elemento que constituiu o Estado ao longo da história – devemos considerar sua presença também na sociedade brasileira; seu corolário é o preconceito, valores conservadores, relações de mando e obediência e é também que diversas manifestações de violência provêm. A violência contra a mulher, negros/as e população LGBTQIA+ é aqui problematizada considerando-a como estruturante e alicerçada na chave de leitura que articula patriarcado-racismo-capitalismo. Além disso é importante atentarmos para aspectos do passado da história do país que se mantem no presente, reatualizando as heranças conservadoras no sentido, político e cultural da formação brasileira.

Compreende-se que uma sociedade marcada pelo racismo, por relações hetero-patriarcais de gênero¹⁶ devem ser associadas à explicação da produção e reprodução das relações sociais, raciais capitalistas. As relações sociais representam relações de produção, que “continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão” (KERGOAT, 2010, p. 75), existindo nelas disputas materiais e ideológicas. Nesse sentido, essas disputas no Brasil vêm sendo materializadas cotidianamente no governo Bolsonaro, através de discursos e práticas com teor de ódio e violência contra movimentos sociais, militantes dos direitos humanos como o caso do jornalista inglês Dom Phillips e o indigenista Bruno Araújo Pereira.

Conclusão

Uma das faces da barbárie do capitalismo contemporâneo é o aumento no mundo inteiro, na entrada do século XXI, de discursos e práticas xenófobas,

16 Utilizamos neste artigo a categoria relações hetero-patriarcais de gênero no sentido de dialogar com a diversidade dos gêneros. As feministas marxistas e, sobretudo, materialistas francófonos, optam pelo termo relações sociais de sexo, acreditando que gênero é uma palavra polissêmica, o que o leva a uma concepção vaga ou incerta, de caráter essencialmente neutro, genérico e, talvez, a-histórico. A nossa concepção é dar voz a segmentos historicamente oprimidos e excluídos da sociedade e pensando a diversidade dos gêneros, acredita-se que essa categoria relações hetero-patriarcal de gênero contribui e torna visíveis os sujeitos desviantes da binariedade homem/mulher.

A palavra patriarcado, segundo Christine Delphy (2009), advém da combinação das palavras gregas “[...] pater (pai) e arke (origem e comando)” (DELPHY, 2009, p. 174). O patriarcado é literalmente a autoridade paterna. Portanto, “[...] designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p. 173).

racistas, homofóbicas, machistas, misóginas, parte delas redundando em mortes violentas. Este fenômeno, pode ser tratado como o efeito prático de um novo conservadorismo, reacionário e neofascista, ideologia de uma extrema direita que vem ascendendo em vários países e regiões do planeta desde a crise do *subprime* de 2008.

Meszáros (2002) já havia alertado sobre a nova direção bárbara e mais destrutiva que a acumulação de capital assumira desde a crise dos anos 1970. Vimos que foi Agustin Cueva quem explorou com brilhantismo as conexões entre a crise estrutural do capital, a direitização do mundo capitalista e o nascimento de um novo conservadorismo desde então. Porém a propagação na atualidade de ideias que naturalizam a barbárie por um número cada vez maior de *podcasters*, *youtubers* e blogueiros é um fenômeno novo que está a exigir maior investimento de pesquisa¹⁷.

Aqui a relacionamos com o *crash* de 2008, partindo da hipótese de que a crise das hipotecas imobiliárias nos EUA descortinou uma nova dinâmica na acumulação capitalista marcada pela amplificação e intensificação da ofensiva do grande capital sobre o mundo do trabalho, as políticas sociais, a preservação ambiental e a cultura. É neste solo que nasce uma versão mais radicalizada do neoconservadorismo, o ultraconservadorismo. Todavia, buscamos demonstrar também que a barbárie não é um elemento recente em nossa formação social. Ao contrário ele se revela um ingrediente persistente e de peso em nossa história quando efetuamos a leitura da formação social do Brasil sob a ótica da violência que se exerceu (e ainda se exerce) contra população indígena, negros, negras, mulheres, LGBTQIA+ e migrantes oriundos dos segmentos da massa trabalhadora (sempre muito heterogênea e estratificada em seu interior). A violência estrutural e permanente é uma categoria que permite visualizar a linha que costura os vários

17 Cada vez mais novos “comunicadores” que se popularizaram na internet tem sido denunciados de cometer o crime de apologia ao nazismo e/ou ao racismo. Recentemente o apresentador Bruno Aiub, conhecido como Monark, do Flow Podcast defendeu a criação de um partido nazista no Brasil numa entrevista com os deputados federais Tábata Amaral (PSB – SP) e Kim Kataguiri (DEM- SP) que, ao comentar a fala de Aiub, teve a desfaçatez de criticar a criminalização do nazismo. O podcaster norte-americano Joe Rogan também tem sido alvo de polemias ao abrir espaço em seu programa para as chamadas “vozes alternativas”: militantes antivacina e extremistas de direita. Além disso o próprio comunicador faz o uso frequente de expressões racistas e por tudo isso tem sido o alvo de críticas de cantores que já retiraram suas músicas da plataforma que dividiam com Joe Rogan no Spotify.

tempos da nossa história e mais: possibilita também desvelar como se entrelaçam numa só dominação política e exploração econômica o racismo, o patriarcado e o capitalismo. Há ainda muito o que investir na releitura da história do Brasil a partir deste prisma.

Empreendida com a preocupação de entender a face de hoje do conservadorismo, a releitura da história do Brasil aqui proposta tem o potencial de nos ajudar a elucidar não só o nosso passado, mas também acerca das potencialidades futuras da propagação em nosso país deste neoconservadorismo de versão neofacista. Pois se é certo que esta nova variante do neoconservadorismo defende muitos dos elementos reivindicados pelo conservadorismo clássico - a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade (Barroco, 2015) - sua funcionalidade ideológica só pode ser compreendida mediante uma crítica da dinâmica do capitalismo contemporâneo que leve em consideração as particularidades da nossa formação social marcada por relações paternalista, autoritárias, autocráticas e religiosas, e, portanto, com potencial para configurar uma moral conservadora à brasileira – tal como sugere Bonfim (2015). Este, aliás, nos parece ser um caminho fecundo para investigar as razões da capilaridade entre os subalternos do projeto bolsonarista de defesa da ordem social em termos majoritariamente moralizantes – da preservação da supremacia do macho, do casamento monogâmico (com a subordinação da mulher - dona de casa ao pai de família) e da autoridade de instituições coercitivas – policiais e militares. (Barroco,2022)

Referências

- ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANTUNES, Ricardo (Org.) *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* [livro eletrônico]. São Paulo, Boitempo, 2020.
- BALDAIA, Fabio Peixoto B.; ARAÚJO, Tiago Medeiros. e ARAÚJO, Sinval Silva. “O bolsonarismo e o Brasil profundo: notas sobre uma pesquisa” In *Anais do XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em cultura*. Salvador, julho de 2021.

- BARROCO, Mária Lúcia S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. São Paulo, [Serviço Social & Sociedade](#), n.143 2022.
- BARROCO, Maria Lucia S. Não passarão: neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade* , São Paulo: Cortez, n. 124: Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social, 2015.
- BONFIM, Paula. Conservadorismo moral e Serviço Social. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2015.
- CASIMIRO, Flávio Henrique. A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo, Expressão Popular, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2001.
- CUEVA, Agustín (Org.). *Tempos conservadores: a direitização no Ocidente e na América Latina*. São Paulo, HUCITEC, 1989.
- D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra fatos em tempos de fake news*. Barueri, Faro Editorial, 2018.
- EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do caos* [livro eletrônico]. São Paulo, Vestígio, 2019.
- DELPHY, Cristine. Patriarcado. In Hirata, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da Unep,2009 b.
- ENGELS, Friedrich. O papel da violência na história. São Paulo, Edições Iskra, 2016.
- ESCORSIM NETTO, Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo, Cortez, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3a. ed. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 2006.
- _____. *Brasil: em compasso de espera, pequenos escritos políticos*. Editora UFRJ, 2011. (Revisitando o Brasil, v. 4).
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2013.
- KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2018.

KERGOAT, Danièle. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 86, mar. 2010.

KRISTOL, Irving. *Neoconservadorismo: autobiografia de uma ideia*. Lisboa, QUETZAL Editores, 2003.

LUKÁCS. György. *A destruição da Razão*. São Paulo, Instituto Lukács, 2020.

MATTOS. Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo, Usina Editorial, 2020.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. *Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário*. Revista. Katálysis., Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

MOURA, Clóvis. "O racismo como arma ideológica de dominação". In: Revista Princípios, São Paulo, n. 34, 1994, p. 28-38.

NETO, Roberto Moll. "Neoconservadorismo nos Estados Unidos da América: as ideias de Irving Kristoll e a experiência política no governo de Ronald Reagan (1981-1989)" In *Revista de História*. São Paulo, n° 179, 11520, 2020.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo, Cortez, 2010.

RODRIGUES, Mavi; MOTA, Ana Elizabete. "Ultraconservadorismo, política anticivilizatória e luta de classes" In *Anais - VI Simpósio Internacional Lutas sociais na América Latina*. Santa Catarina, UEL, 2021.

SOUSA, Rodrigo Farias de. *William F. Buckley Jr., National Review e a crítica conservadora ao liberalismo e os direitos civis nos EUA, 1955-1968* Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/184>. Acessado em: 05/07/2021.

SOUZA, Jamerson M. A. de. *Tendências ideológicas do conservadorismo* [livro eletrônico]. Recife, Editora UFPE, 2020.

TONELO, Iuri. *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. São Paulo, Boitempo/ISKRA, 2021.

,